



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS

*Lei Municipal nº. 216, de 11 de janeiro de 2001.
São José de Espinharas/PB – Sábado, 31 de julho de 2021.*



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE
ESPINHARAS

ANTONIO GOMES DA COSTA NETTO
Prefeito

YAN NOBREGA DE SOUSA
Vice-Prefeito

ARNOBIO SOARES DE SOUSA NETO
Secretário de Administração e Recursos Humanos

RUY RAKSON CORDEIRO ALVES JUNIOR
Secretário de Finanças e Serviços de Tesouraria

DIOGENS AUGUSTO DE MIRANDA
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

**SAULO WANDERLEY DA NÓBREGA LIMA DE
FARIAS**
Chefe de Gabinete Civil

ALUÍSO ALVES DE SOUSA
Secretário de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e
Recursos Hídricos

RHAISSA LETICIA HORACIO DE SOUSA OLIVEIRA
Secretária de Saúde

MARIA ALVES DOS SANTOS
Secretária de Assistência Social, Trabalho, Cidadania
e Habitação

EVANILDO DANTAS DE SOUSA
Secretário de Obras, Infraestrutura e Serviços
Públicos

EDJANE GOMES DE SOUSA
Secretária de Controle Interno

ATOS DO PREFEITO

DECRETO Nº. 033 DE 30 DE JULHO DE 2021.

**DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS
TEMPORÁRIAS, EMERGENCIAIS E
SANITÁRIAS DE PREVENÇÃO DE
CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS
(COVID-19), E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DE ESPINHARAS**, no uso de suas atribuições que lhe
confere o art. 58, VI, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública
de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da
Saúde por meio da Portaria no 188, de 03 de janeiro de 2020,
em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo
Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto federal no
7.616, de 17 de novembro de 2011,

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão
pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus,
anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de
março de 2020; Considerando o Decreto Estadual no 40.122,
de 13 de março de 2020, que decretou Situação de
Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de
decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse
Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição
de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida
pela Organização Mundial de Saúde,

CONSIDERANDO que a transmissibilidade da COVID-19 aumenta sensivelmente em ambientes fechados com mais de 10 (dez) pessoas, ou mesmo em ambientes abertos aglomerados,

CONSIDERANDO o agravamento do cenário epidemiológico apresentado nas últimas semanas e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas, com a finalidade de conter a expansão do número de casos em diversos municípios paraibanos,

CONSIDERANDO a 30ª avaliação, do Plano Novo Normal que passa a vigorar a partir do dia 26 de julho de 2021,

CONSIDERANDO o aumento dos casos de pacientes suspeitos no município, nos últimos dias,

DECRETA:

Art. 1º. No período compreendido entre **31 de julho de 2021 a 14 de agosto de 2021**, os bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência e estabelecimentos similares poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06h até 00h horas, com ocupação de 50% da capacidade do local, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes (takeaway).

Art. 2º. No período compreendido entre **31 de julho de 2021 a 14 de agosto de 2021**, os estabelecimentos do setor de serviços e o comércio poderão funcionar até dez horas contínuas por dia, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

Art. 3º. Fica permitida, dentro dos protocolos sanitários e, com anuência da Secretaria de Saúde, o retorno das atividades presenciais da Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Parágrafo único. Fica prorrogado, até ulterior deliberação, a suspensão do retorno das aulas presenciais nas escolas da rede pública municipal, nas turmas de infantis, fundamental I e II, devendo manter o ensino remoto, garantindo-se o acesso universal, nos termos do decreto 41.010, de fevereiro de 2021.

Art. 4º. Os estabelecimentos comerciais, como supermercados ou qualquer outro estabelecimento de prestação de serviços devem funcionar com sua capacidade reduzida a 30%, atendendo a todos os protocolos exigidos pelas autoridades de saúde, sendo obrigatório a utilização de álcool a 70%, e a permanência das pessoas, nos citados estabelecimentos, com a utilização de máscaras.

§ 1º. Em caso de descumprimento das normas constantes neste artigo, os estabelecimentos deverão ser notificados pela Vigilância Sanitária, com sua interdição pelo período de vigência deste Decreto.

§ 2º. Em caso de desobediência, o estabelecimento será inicialmente advertido e, em caso de reincidência, multado no valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**. Havendo reincidência, será aplicada multa de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, com a interdição total da atividade e suspensão temporária do alvará de funcionamento.

§ 3º. Em caso de flagrante de pessoas no interior do estabelecimento comercial, sem o uso da máscara, será aplicada a multa de **R\$ 100,00 (cem reais)** por cada indivíduo sem máscara, que deverá ser paga pelo proprietário do estabelecimento.

Art. 5º. No período compreendido entre **31 de julho de 2021 a 14 de agosto de 2021** fica permitida a realização de missas, cultos ou quaisquer cerimônias religiosas presenciais, com lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) do ambiente.

Art. 6º. Poderão funcionar também, no período compreendido entre **31 de julho de 2021 a 14 de agosto de 2021**, observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelas Secretarias Municipais de Saúde, as seguintes atividades:

I – salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências, observando todas as normas de distanciamento social e o horário estabelecido no art. 2º;

II – escolinhas de esporte;

Art. 7º. A Vigilância Sanitária Municipal e os Guardas Municipais, ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência.

§ 1º. O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**.

§ 2º. Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

§ 3º. Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerado no art. 7º, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

Art. 8º. Ficam determinado, no período compreendido entre **31 de julho de 2021 a 14 de agosto de 2021**, que as atividades nos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Municipal serão presenciais, com atendimento ao público, de acordo com as normas sanitárias, observados, em todos os casos, o uso de máscaras, o distanciamento social e sem aglomerações.

Art. 9º. Permanece obrigatório, em todo o município, o uso de máscaras, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos e particulares, inclusive ônibus e táxis.

Parágrafo único. Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores,

empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

Art. 10º. Permanece proibido o comércio ambulante de alimentos, roupas e acessórios, aqui compreendidos aqueles em que o comerciante utiliza as vias públicas para dispor dos seus produtos ou realiza a comercialização porta-a-porta, durante a vigência deste Decreto.

Parágrafo único. Fica proibido a utilização de veículos com pessoas no seu interior que trafeguem nas ruas com pedidos de ajuda.

Art. 11. Os servidores públicos municipais, comissionados ou contratados, que infringir quaisquer vedações impostas neste decreto, serão exonerados ou terão seus contratos extintos, de ofício, além de outras responsabilizações nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Parágrafo único. O servidor público municipal, efetivo, que infringir quaisquer vedações impostas neste decreto, será responsabilizado nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 12. Os guardas municipais, durante a vigência deste Decreto, deverão se apresentarem a Secretaria de Saúde para fins de prestação do serviço em conjunto com a Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 13. O município solicitará o auxílio das Forças de Segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar), em regime de colaboração mútua, para acompanhar e garantir a ordem, sempre que necessário.

Art. 14. A realização de quaisquer eventos, em que ocorra aglomeração pessoas, deverá ser precedido de exames ou testes a ser custeados pelos organizadores do evento, condicionada à apresentação de 1 teste com resultado negativo para covid-19, realizado até 48 horas antes evento.

Parágrafo único. Comprovado, por meio de exames ou testes rápidos, a testagem positiva de uma ou mais pessoas, o evento será suspenso até que o(s) participante(s) receba(m) a declaração de cura a ser emitida por profissional da saúde do

Centro de Atendimento para Enfrentamento a Covid-19, deste município.

Art. 15. Novas medidas poderão ser adotadas, a qualquer momento, em função do cenário epidemiológico do Estado e as medidas adotadas nesse decreto serão reavaliadas juntamente com a vigésima avaliação do Plano Novo Normal.

Art. 16. Poderão ser editados regulamentos para complementar as determinações constantes neste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Autue-se.

Dê-se ampla publicidade no âmbito do Município.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de São José de Espinharas, Estado da Paraíba, 30 de julho de 2021.



Antonio Gomes da Costa Netto
Prefeito Constitucional